



VOTO DE PROTESTO

Contra a condenação dos ativistas presos em Angola

Após cerca de quatro meses de julgamento, 17 ativistas angolanos foram condenados por associação criminosa, com penas que vão desde os dois anos e três meses, a oito anos e seis meses de prisão.

O caso remonta a junho de 2015, altura em que a polícia angolana deteve um grupo de jovens que, alegadamente, preparava atos de rebelião contra o regime de José Eduardo dos Santos. Na base das suspeitas está o livro *“Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura — Filosofia Política da Libertação para Angola”*, de Domingos da Cruz, que defende a via pacífica e a resistência civilizada ao regime vigente, um processo lento, onde se exigiria muita paciência e inteligência para destruir a ditadura paulatinamente. Durante os quatro meses de julgamento, a obra seria lida na íntegra pelos juízes.

A situação dos ativistas só chegou ao conhecimento mundial, alguns meses depois de ter acontecido. Detido em prisão preventiva desde junho, o luso-angolano Luaty Beirão inicia a 21 de setembro uma greve de fome, que duraria até 27 de outubro. “36 dias que significaram também os 36 anos de poder do Presidente da República”, analisaram os jornalistas.

Condenados por "associação de malfeitores", com pena adicional pela falsificação de documentos, os 17 homens e mulheres conheceram, a 28 de março, as penas a que são condenados pelo Tribunal Provincial de Luanda. Os arguidos foram todos absolvidos do crime de atos preparatórios para um atentado ao Presidente da República e ao Governo de Angola, como havia sido pedido pelo Ministério Público, dada a ausência de provas.

Nuno Dala, Sedrick de Carvalho, Nito Alves, Inocêncio de Brito, Laurinda Gouveia, Fernando António Tomás “Nicola”, Afonso Matias “Mbanza Hamza”, Osvaldo Caholo, Arante Kivuvu, Albano Evaristo Bingo-Bingo, Nelson Dibango, Hitler Jessy Chivonde e José Gomes Hata foram condenados a quatro anos e meio de prisão. Domingos da Cruz vai cumprir pena de oito anos e seis meses e Luaty Beirão cinco anos e seis meses. Todos os ativistas foram já encaminhados para a cadeia de Viana, segundo o jornal *Rede Angola*.



Várias organizações de Direitos Humanos já manifestaram reprovação perante esta sentença. A *Human Rights Watch* fala de condenação “extremamente ridícula” e promete manter a pressão sobre o regime de Luanda. A Amnistia Internacional em Portugal refere-se aos ativistas como “prisioneiros de consciência” num julgamento “de faz de conta”. O caso tem sido alvo de várias manifestações contra a sentença aplica aos ativistas.

O caso dos ativistas angolanos atenta, desde o início, contra a defesa e a garantia das liberdades e direitos dos cidadãos, nomeadamente a liberdade de expressão e o direito de oposição por meios pacíficos às autoridades constituídas.

Assim, a Assembleia Legislativa da Madeira aprova um veemente voto de protesto contra a condenação dos ativistas presos em Angola, sublinhando a importância dos princípios elementares da Democracia.